

# O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE, O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO

## Autor(res)

Cintia Batista Pereira  
Natália Ramos De Sousa  
Luciana Calado Pena  
Carine Silva Diniz

## Categoria do Trabalho

1

## Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

## Introdução

Várias mudanças foram feitas na lei, alterações que os candidatos tiveram que ficar atentos, teve a resolução tse 23.729-2024, que alterou a resolução 23.609-2019. A qual dispõe sobre a escolha e o registro de candidatos e candidatas para a eleição. fica definido que qualquer cidadã ou cidadão poderá disputar cargo eletivo, desde que respeite a constituição federal e de acordo com a elegibilidade e incompatibilidade. Conforme a constituição federal, é preciso ter nacionalidade brasileira, alfabetizado e estar em dia com a justiça eleitoral. os homens precisam estar com a situação militar regularizada, mediante comprovante alistamento militar.

## Objetivo

Com as novas mudanças agora está mais organizado, pois os candidatos interessados em concorrer ao pleito precisam estar filiados a um partido político, o qual deve procurar a legenda desejada e conferir regras de filiação. É os partidos que vai definir as regras de filiação e a forma de inscrição. E com a nova lei fica proibido filiar-se a mais de um partido político.

## Material e Métodos

Foram utilizados métodos comuns da pesquisa em leis e casos práticos, e também pesquisa em artigos publicados na Internet. Deu se ênfase a constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e Resoluções do TSE. A importância de uma organização entre sociedade e o estado. É preciso normas que regulamentem, para que haja isonomia e equilíbrio, garantindo direitos e deveres a todos os cidadãos sem distinção.

## Resultados e Discussão

Mesmo com as mudanças nas leis ainda haverá muitos problemas, pois levam tempo para se adequar às leis. Mas o maior interessado somos nós, conforme Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante: I – plebiscito; II – referendo; III – iniciativa popular. 2 Nos termos do art. 77 da CF/1988 e dos arts. 2º e 5º da Lei nº 9.504/1997, votos válidos são aqueles dados a um dos candidatos (chamados nominais) e os destinados a um partido político (chamados de legenda), excluídos, portanto, os brancos e os nulos.

## **Conclusão**

Conclui-se que o cidadão, tem um papel fundamental no nosso país, e tem em suas mãos o poder de mudar para melhor ou pior, cujo instrumento é o voto consciente. E com as novas mudanças espera-se menos fraude nas campanhas, e pessoas mais bem preparadas para governar nosso país .

## **Referências**

[www.gove.digital/eleicoes/nova-legislacao-eleitoral-2024/](http://www.gove.digital/eleicoes/nova-legislacao-eleitoral-2024/)  
[planalto.gov.br](http://planalto.gov.br) Renata Livia Arruda de Bessa Dias\*